

## Apresentação da Coleção

Oferecemos a público a exposição sistemática que nomeamos de “Instituições de Direito Civil”, buscando transmitir ao leitor a ideia moderna e atual do sistema de direito civil que nos foi trazido pelo Código Civil de 2002, instituído pela L 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Embora o CC de 2002 tenha sido elaborado a partir do modelo estrutural do Código Civil de 1916, que seguiu o formato do BGB alemão, constituído de Parte Geral e de livros tratando sistematicamente das diferentes matérias que compõem seu corpo normativo, o Código Civil vigente utilizou-se de técnica legislativa moderna, adotando as *cláusulas gerais* como fontes jurígenas destinadas a flexibilizar seu sistema casuístico, fechado. Outrossim, o diploma civil vem informado pela base político-filosófico-ideológica da *eticidade*, *operabilidade* e da *socialidade*, base essa que faz total diferença entre os sistemas do CC/1916 e do CC/2002.

Nada obstante, continua a tratar de seus institutos fundamentais tais como concebidos e garantidos pela Constituição Federal, notadamente a *propriedade privada*, o *contrato*, a *empresa* o *casamento*, a *família* e o *testamento*, todos estes institutos com o indispensável atributo de que devem cumprir sua *função social*.

Isto é motivo bastante para que o Direito Civil devesse ser revisitado pela literatura brasileira, tarefa a que nos propomos nesta exposição à luz dessa nova perspectiva trazida ao direito brasileiro com o advento do Código Civil de 2002.

A solidez do Direito Civil, fundado em preceitos firmes adotados a partir do direito romano, de sua evolução de índole canônico-germânica, de sua recompilação pelos diplomas europeus medievais (*v.g. Fuero Juzgo, Ordenações do Reino de Portugal*) e, finalmente, com a recepção do já reformulado Direito Romano pelas grandes codificações europeias do século XIX (*v.g. Code Napoléon* [1804], *Código Civil da Itália* já unificada [1865], *Código Civil espanhol* [1829, 1885], *Código Civil português* [1833, 1867], *Código Civil da Alemanha* já unificada [*BGB* -1896]), forma, ainda hoje, a base fundamental do Código Civil brasileiro de 2002.

***Os autores***

# Sumário

|                               |      |
|-------------------------------|------|
| Estrutura da Coleção .....    | XI   |
| Apresentação da Coleção ..... | XIII |

## PARTE I – Direitos Fundamentais e Direito de Família

### Capítulo I – Macroestrutura de Direito de Família ..... 1

|   |    |
|---|----|
| 1. O perfil constitucional da família.....                                      | 1  |
| 1.1. O casamento civil. Importância .....                                       | 1  |
| 1.2. Casamento civil: estrutura de paridade .....                               | 3  |
| 1.3. Família contemporânea. Transição.....                                      | 6  |
| 1.4. Igualdade de filhos .....  | 12 |
| 1.5. Instituição do direito de família e solidariedade .....                    | 13 |
| 1.6. Aspecto cultural. Liberdade humana .....                                   | 14 |
| 1.7. Posição jurídica do sujeito em família. Responsabilidade pelo outro.....   | 15 |
| 2. O direito de família e o sistema do CC 2002 .....                            | 16 |
| 2.1. Sistema de direito de família .....  | 16 |
| 2.2. Os sistemas jurídicos e a experiência humana e social do Homem.....        | 17 |
| 2.3. Savigny e o sistema jurídico.....  | 18 |
| 2.4. Direito de família: sistema de segurança e paridade jurídica .....         | 19 |
| 3. Família como sujeito de direitos.....  | 20 |
| 3.1. Família: sujeito de direito? .....   | 20 |
| 3.2. Ofensa à família: responsabilidade pelo fato. Responsabilidade objetiva... | 21 |
| 3.3. Conflitos que envolvem entes despersonalizados .....                       | 22 |
| 4. O pacto de San Jose da Costa Rica .....                                      | 23 |
| 4.1. Ordem pública humanitária.....   | 23 |
| 4.2. Recepção do pacto de San Jose no Brasil.....                               | 23 |
| 4.3. Tratados internacionais de direito de família.....                         | 25 |
| 4.4. Atentados à vida no seio da vida privada .....                             | 26 |
| 4.5. Família como porto seguro do indivíduo .....                               | 27 |
| 4.6. Estrutura pessoal e patrimonial da família .....                           | 28 |
| 5. Convenção 169 da OIT, art. 2.º do D 30822/52 e L 2889/56 .....               | 30 |
| 5.1. Subsistência política e social de família como valor.....                  | 30 |
| 5.2. Respeito a costumes de outras etnias.....                                  | 31 |
| 5.3. Preservação da cultura dos povos .....                                     | 32 |

|   |    |
|---|----|
| 6. Direito internacional privado .....  | 34 |
| 6.1. Nova nomenclatura da Lei de Introdução .....   | 34 |
| 6.2. Extraterritorialidade .....  | 35 |
| 6.3. Comandos normativos de Direito Internacional Privado. LINDB .....                            | 35 |
| 6.4. Direito internacional e leis extravagantes .....   | 36 |
| 6.5. Territorialidade e irretroatividade da lei .....   | 38 |
| 6.6. Eficácia de negócio ou ato celebrado no estrangeiro .....                                    | 41 |
| 6.7. Famílias estrangeiras em solo brasileiro .....   | 43 |
| 6.8. Famílias brasileiras em solo estrangeiro .....   | 44 |
| 6.9. Adoção internacional .....   | 46 |
| 6.10. Família e imigração .....   | 49 |
| 7. Leis esparsas .....  | 50 |
| 7.1. Recepção parcial do sistema de direito de família pela CF/1988 .....                         | 50 |
| 7.2. Posição do Estado em face do comando do CF 226 § 3.º .....                                   | 51 |
| 7.3. Estatuto das Famílias – PL 2285/07 e PLS 674/07 .....  | 53 |
| 7.4. Comunidade de afetos .....   | 53 |
| 7.5. Entidades familiares .....   | 54 |
| 7.6. Sentido cultural do termo “família” .....  | 55 |
| 7.7. Estrutura e desestrutura da ideia de família .....   | 55 |
| 7.8. Formas novas de família e o acesso aos institutos do direito de família<br>e sucessões ..... | 56 |
| 7.9. Experiência de doutrina estrangeira .....  | 57 |

## Capítulo II – O Contexto Sociojurídico da Família ..... 59

|  |    |
|--|----|
| 1. Proteção jurídica e política da família .....                             | 59 |
| 1.1. Estrutura constitucional de família. Prática jurídica .....             | 59 |
| 1.2. Direito privado e eficácia de segurança das relações de família .....   | 61 |
| 1.3. Políticas públicas e família .....                                      | 62 |
| 1.4. Planejamento familiar .....   | 62 |
| 1.5. Ensino religioso .....  | 64 |
| 2. Família no contexto da produção e do consumo .....                        | 64 |
| 2.1. Proteção política de família .....                                      | 64 |
| 2.2. Família e opinião pública .....   | 65 |
| 2.3. Legitimidade ativa de família para o exercício do direito de ação ..... | 67 |
| 3. Proibição de preconceito .....  | 67 |
| 3.1. Liberdade privada .....   | 67 |
| 3.2. Liberdade individual e legalidade .....                                 | 68 |
| 3.3. Parcerias homoafetivas .....  | 68 |
| 3.4. Discriminação preconceituosa .....                                      | 71 |
| 3.5. Trabalho da mulher .....  | 72 |
| 3.6. Tradição de família .....   | 72 |
| 3.7. Potência afetiva do ser humano .....                                    | 73 |

**Capítulo III – Direitos Fundamentais e Direitos de Família..... 75**

|   |    |
|---|----|
| 1. Direito fundamental de família .....                                 | 75 |
| 1.1. Posições jurídicas atribuídas à pessoa na família pela CF .....    | 75 |
| 1.2. Direitos fundamentais. Direitos originários. Direitos inatos ..... | 76 |
| 1.3. Personalidade e direito de personalidade .....                     | 77 |
| 1.4. Direitos de humanidade e seus objetos .....                        | 78 |
| 2. A pessoa no seio da família .....                                    | 79 |
| 2.1. O “aqui” e o “agora” da Vida .....                                 | 79 |
| 3. Começo e fim da existência humana .....                              | 80 |
| 3.1. Aquisição de personalidade .....                                   | 80 |
| 3.1.1. Capacidade de direito .....                                      | 80 |
| 3.1.2. Capacidade de exercício .....                                    | 81 |
| 3.1.3. Incapacidade .....   | 81 |
| 4. Homens livres e iguais .....   | 81 |
| 4.1. Prova legal do fim e do início da personalidade .....              | 82 |
| 5. Personalidade e capacidade jurídica .....                            | 82 |
| 5.1. Incapacidade civil absoluta .....                                  | 82 |
| 5.1.1. Ato praticado por incapaz .....                                  | 83 |
| 5.2. Incapacidade relativa .....  | 83 |
| 5.2.1. Assistência e representação .....                                | 84 |
| 5.3. Cessação da incapacidade .....                                     | 84 |
| 5.4. Emancipação legal e emancipação voluntária .....                   | 87 |
| 5.4.1. Registro de escritura de emancipação .....                       | 87 |
| 5.5. Capacidade eleitoral .....   | 88 |
| 6. Nome e domicílio da família .....                                    | 88 |
| 6.1. Patronímico de família .....                                       | 88 |
| 6.2. Domicílio da família .....   | 90 |
| 7. Direito do nascituro .....   | 91 |
| 7.1. Ideia de filiação .....  | 91 |
| 7.2. Situações jurídicas de vantagem .....                              | 93 |
| 7.2.1. Sucessão legítima .....  | 93 |
| 7.2.2. Curador do nascituro .....                                       | 93 |
| 7.3. Natimorto .....  | 94 |
| 8. Nascer e morrer com dignidade .....                                  | 94 |
| 8.1. Essência da atividade médica .....                                 | 94 |
| 8.2. Eutanásia .....  | 95 |
| 8.3. Materialismo prático .....   | 96 |
| 8.4. Eutanásia e excesso terapêutico .....                              | 96 |
| 8.4.1. O mistério da dor .....  | 97 |
| 8.4.2. Eutanásia e suicídio .....                                       | 97 |

|  |     |
|--|-----|
| 9. O estupro e o aborto.....   | 98  |
| 10. Justiça penal e direito de família.....  | 103 |
| 10.1. Relações interpessoais na família, escolas, creches, asilos, clínicas e sanatórios | 103 |
| 10.2. Consequências do “não estar juntos” .....  | 104 |
| 10.3. Condescendência que prejudica a família.....                                       | 105 |
| 11. Preconceito e violência familiar .....   | 105 |
| 11.1. Defesa da dignidade humana.....  | 105 |
| 11.2. Lei Maria da Penha.....  | 107 |
| 11.3. Influências positivas e negativas da mídia .....                                   | 108 |

## PARTE II – A Família no Sistema de Direito Privado

### Capítulo I – O Direito Privado, a Ordem Pública e os Princípios de Direito de Família ..... 113

|   |     |
|---|-----|
| 1. Princípios de Direito Privado, liberdade privada e as cláusulas gerais: vetores de confirmação do princípio da legalidade..... | 113 |
| 1.1. Eticidade .....  | 114 |
| 1.2. Princípios concretizantes.....   | 115 |
| 1.3. A vida humana.....   | 116 |
| 1.4. Normas de ordem pública.....   | 117 |
| 1.5. A inderrogabilidade da norma privada de ordem pública.....   | 118 |
| 1.6. Normas de ordem pública interna e de ordem pública internacional.....  | 119 |
| 1.7. Normas imperativas ou proibitivas.....   | 120 |
| 1.8. Normas de ordem privada.....   | 121 |
| 1.9. Funcionalidade das normas de ordem pública.....  | 122 |
| 1.10. O juiz e a funcionalidade do sistema.....   | 122 |
| 1.11. A igualdade e os mecanismos de estabilização do sistema .....   | 123 |
| 2. Dignidade da pessoa humana .....   | 124 |
| 2.1. A pessoa é sujeito de direitos .....   | 124 |
| 2.1.1. Vida: essencialidade do ser humano .....   | 125 |
| 2.1.2. A vida e o decálogo bíblico .....  | 125 |
| 3. Privacidade e intimidade.....  | 129 |
| 3.1. Respeito à vida privada .....  | 129 |
| 3.2. A intransmissibilidade dos direitos de personalidade. Análise caso a caso...   | 130 |
| 3.3. Espaços de convivência virtuais.....   | 131 |
| 3.4. O conceito de privacidade no mundo virtual .....   | 132 |
| 4. Solidariedade .....  | 133 |
| 4.1. Proteção da convivência familiar e os institutos de direito de família .....   | 133 |
| 4.2. O risco social.....  | 134 |
| 4.3. Equilíbrio e boa-fé .....  | 135 |

|  |            |
|--|------------|
| 5. Cláusula geral de afetividade.....  | 136        |
| 5.1. Os fatos de Vida e o Direito .....  | 136        |
| 6. Melhor interesse da criança e do adolescente.....                                   | 136        |
| 6.1. Situação privilegiada de crianças e adolescentes.....                             | 136        |
| 7. Igualdade entre pessoas .....   | 137        |
| 7.1. Homem, mulher e o casamento.....  | 137        |
| 7.2. Salário da mulher.....  | 139        |
| 7.3. Pessoas que não vivem a experiência da dualidade masculino/feminino.....          | 139        |
| 7.4. Igualdade entre filhos .....  | 140        |
| 7.5. Igualdade entre cônjuges, conviventes e companheiros.....                         | 140        |
| 7.6. Igualdade entre famílias institucionalizadas, ou não.....                         | 141        |
| 8. Autonomia privada e atos e negócios jurídicos de direito de família.....            | 142        |
| 8.1. Fidelidade à expressão do querer humano .....                                     | 142        |
| 8.2. Autonomia da vontade e autonomia privada.....                                     | 143        |
| 8.3. Iniciativa privada.....   | 144        |
| 9. Imputação civil dos danos.....  | 145        |
| 9.1. Direito e economia. Estrutura patrimonial de família.....                         | 145        |
| 9.2. Prisão civil: exceção.....  | 145        |
| 9.3. Dever de indenizar .....  | 146        |
| 9.4. Patrimônio inatingível do devedor .....   | 147        |
| 9.5. Endividamento excessivo.....  | 147        |
| <b>Capítulo II – Identidade da Pessoa na Família.....</b>                              | <b>151</b> |
| 1. Atributos da personalidade.....   | 151        |
| 1.1. Sujeito de direitos. Pessoa .....   | 151        |
| 1.2. Capacidade.....   | 151        |
| 1.3. <i>Status</i> .....   | 152        |
| 1.4. Nome.....   | 153        |
| 1.5. Domicílio .....   | 155        |
| 1.6. Fama.....   | 156        |
| 2. Estado individual, familiar e político .....  | 156        |
| 2.1. Noção de cidadania.....   | 156        |
| 2.2. Estado de família.....  | 157        |
| 2.3. As ações de estado.....   | 158        |
| 2.4. Estado individual e estado de família.....  | 159        |
| 2.5. Características do estado de família.....   | 160        |
| 2.6. Situação de informalidade.....  | 162        |
| 2.7. Ações declaratórias e constitutivas para esclarecimento do estado da pessoa... .. | 162        |
| 2.8. Intervenção do Ministério Público.....  | 163        |
| 2.9. Registro civil das pessoas naturais: nascimento, casamento e óbito.....           | 164        |

|  |            |
|--|------------|
| 2.10. Nascimentos .....  | 165        |
| 2.11. Casamentos.....  | 166        |
| 2.12. Emancipação.....   | 166        |
| 2.13. Interdição.....  | 167        |
| 2.14. Prova legal .....  | 167        |
| 2.15. Transexualidade .....  | 170        |
| <b>Capítulo III – Posse de Estado Familiar .....</b>   | <b>173</b> |
| 1. Posse do estado de casado e de não casado.....  | 174        |
| 2. Posse do estado de convivente e de não convivente.....  | 174        |
| 3. Posse do estado de filho/pai.....   | 176        |
| <b>Capítulo IV – Noivado e Esponsais .....</b>   | <b>177</b> |
| 1. Aspectos preliminares .....   | 177        |
| 1.1. Promessa de casamento.....  | 177        |
| 1.2. Contrato de noivado.....  | 178        |
| 2. Responsabilidade civil dos nubentes. Indenizabilidade.....  | 179        |
| 2.1. Promessa de casamento descumprida.....  | 179        |
| 2.2. Desfazimento de negócios jurídicos de família.....  | 180        |
| 2.3. Restituições de coisas doadas.....  | 180        |
| 2.4. Promessa fraudulenta de casamento.....  | 181        |
| <b>Capítulo V – Agências de Casamento.....</b>   | <b>183</b> |
| 1. Mediação matrimonial: a aproximação que gera união estável ou outras formas de relacionamento humano..... | 183        |
| 1.1. Agências de casamento.....  | 183        |
| 1.2. Corretagem e mediação.....  | 184        |
| 1.3. Mediação e crime.....   | 187        |
| <b>Capítulo VI – Negócios Antenupciais.....</b>  | <b>189</b> |
| 1. Pacto antenupcial .....   | 189        |
| 1.1. Nulidade do pacto antenupcial .....   | 191        |
| 2. Pacto antenupcial e término do casamento.....   | 193        |
| 3. Doações <i>propter nuptias</i> .....  | 194        |
| 4. Convenções celebradas fora do país .....  | 195        |
| 5. Contrato preliminar de convivência.....   | 196        |
| 5.1. Formalidades.....   | 197        |



|   |            |
|---|------------|
| <b>Capítulo VII – Casamento</b> .....   | <b>199</b> |
| 42. Conceito .....  | 199        |
| 42.1. Finalidade do casamento .....   | 201        |
| 42.2. Consórcio de que pode gerar filhos .....  | 202        |
| 42.3. Casamento religioso na história recente do Brasil .....                           | 203        |
| 43. Casamento civil e família institucionalizada .....                                  | 204        |
| 44. Casamento religioso, sua celebração e a tradição religiosa do povo .....            | 206        |
| 45. Uma não razão para o casamento civil .....  | 207        |
| 46. Razão para o casamento civil .....  | 207        |
| 46.1. Igualdade, paridade e não exclusão .....  | 208        |
| 47. Casamento como expressão da autonomia privada .....                                 | 209        |
| 47.1. Institucionalização da família por outra forma que não a do casamento civil ..... | 210        |
| 48. Ato jurídico matrimonial .....  | 211        |
| 48.1. Casamento como ato civil .....  | 211        |
| 48.1.1. Efeitos civis do casamento religioso .....                                      | 212        |
| 49. Diversidade de sexo .....   | 213        |
| 50. Realidade dos que não vivem a diferença dos sexos .....                             | 214        |
| 51. Prova do casamento .....  | 215        |
| <br>  |            |
| <b>Capítulo VIII – Habilitação para o Casamento</b> .....                               | <b>219</b> |
| 52. Capacidade para casar .....   | 219        |
| 53. Casamento de incapazes .....  | 220        |
| 54. Idade núbil .....   | 222        |
| 55. Concessão de outorga para o casamento .....   | 223        |
| 56. Impedimentos para o casamento: razão de ser .....                                   | 224        |
| 57. Impedimentos impeditivos .....  | 226        |
| 58. Requerimento de habilitação .....   | 226        |
| 59. Homologação de habilitação .....  | 227        |
| 60. Casamento religioso, seus aspectos e o registro civil .....                         | 228        |
| 61. Fixação do nome (apelidos) de família .....   | 229        |
| <br>  |            |
| <b>Capítulo IX – A Celebração do Casamento</b> .....                                    | <b>233</b> |
| 62. Formalidades para a celebração .....  | 233        |
| 63. Celebração gratuita .....   | 234        |
| 64. Casamento <i>in extremis</i> .....  | 235        |



|   |     |
|---|-----|
| 65. Casamento por procuração .....                                  | 237 |
| 66. Registro.....   | 239 |
| 67. Registro do casamento de pessoa estrangeira com brasileira..... | 240 |
| 68. Registro de casamento de estrangeiros em solo brasileiro .....  | 241 |

**Capítulo X – Deveres dos Cônjuges ..... 243**

|  |     |
|--|-----|
| 69. Solidariedade entre cônjuges .....                         | 243 |
| 70. Fidelidade recíproca .....                                 | 243 |
| 71. Convívio conjugal.....                                     | 244 |
| 72. Domicílio conjugal.....                                    | 245 |
| 73. Mútua assistência .....                                    | 246 |
| 74. Obrigação de prover meios de subsistência da família ..... | 247 |
| 75. Sustento, guarda e educação dos filhos .....               | 247 |
| 76. Escala de responsabilidades.....                           | 248 |

**Capítulo XI – Casamento como Especial Negócio Jurídico..... 249**

|   |     |
|---|-----|
| 77. Regime de Existência, Validade e Eficácia do Casamento..... | 249 |
| 77.1. Situação jurídica de família.....                         | 249 |
| 78. Ato nulo e ato anulável. Diferenças.....                    | 251 |
| 78.1. Matéria de ordem pública .....                            | 253 |
| 79. Invalidade do casamento .....                               | 254 |
| 79.1. Enfermidade mental do nubente.....                        | 256 |
| 79.1.1. Invalidade relativa.....                                | 256 |
| 79.2. Incapazes, vida social e casamento.....                   | 257 |
| 79.3. Impedimentos relevantes para o casamento.....             | 259 |
| 80. Anulabilidade do casamento .....                            | 260 |
| 81. Casamento putativo e a boa-fé de um dos cônjuges.....       | 263 |

**Capítulo XII – Família Estruturada pela Convivência ..... 267**

|   |     |
|---|-----|
| 82. Situação jurídica de família .....  | 267 |
| 82.1. Convivência e solidariedade .....   | 267 |
| 82.2. O não afeto.....  | 269 |
| 82.3. Desinstitucionalização da família, afetividade e situação jurídica da mulher .. | 269 |
| 83. União estável .....   | 270 |
| 83.1. O poder público e família .....   | 271 |
| 83.2. Conviventes que não querem se casar .....                                       | 272 |



|  |     |
|--|-----|
| 83.3. A vontade de se casar na união estável.....                                      | 273 |
| 83.3.1. Requisitos para o reconhecimento da união estável .....                        | 274 |
| 83.3.2. União estável putativa .....   | 275 |
| 83.4. Coabitação.....  | 276 |
| 83.5. União estável e sucessão legítima .....  | 277 |
| 83.5.1. Variações hipotéticas.....   | 278 |
| 83.6. Prescrição do CC 1790 .....  | 278 |
| 84. Contrato de convivência .....  | 279 |
| 84.1. Não é casamento civil .....  | 279 |
| 84.2. Casamento civil e contrato de convivência.....                                   | 281 |
| 84.3. Sociedade empresária e conviventes.....  | 282 |
| 85. Concubinato.....   | 284 |
| 85.1. Convívio pessoal. Situações que não podem<br>ser convalidadas em casamento ..... | 285 |
| 85.2. Patrimônio do concubino .....  | 286 |
| 85.3. Indenização de concubino.....  | 287 |
| 86. Parcerias entre pessoas do mesmo sexo .....  | 289 |
| 86.1. Como analisar a decisão do STF quanto a direitos de homossexuais....             | 292 |
| 87. Casamentos civis inválidos.....  | 293 |

### Capítulo XIII – Dissolução da Sociedade Conjugal e da Sociedade de Fato entre Companheiros, bem como do Vínculo Matrimonial... 295

|   |     |
|---|-----|
| 88. Pela morte de um dos cônjuges ou conviventes .....                      | 295 |
| 88.1. Poderes do cônjuge supérstite .....                                   | 297 |
| 88.2. Separação de corpos .....   | 298 |
| 88.3. Direito de o cônjuge sobrevivente herdar .....                        | 300 |
| 89. Pela nulidade ou anulação do casamento .....                            | 301 |
| 90. Pela separação judicial e de fato .....                                 | 301 |
| 90.1. A importância jurídica da separação de fato.....                      | 302 |
| 90.2. Vínculo matrimonial e sociedade conjugal .....                        | 304 |
| 90.3. Separação consensual .....  | 305 |
| 91. Pelo divórcio.....  | 305 |
| 91.1. Divórcio. Pretensão deduzida por ambos os cônjuges .....              | 306 |
| 91.1.1. Divórcio sem partilha.....  | 308 |
| 91.2. Divórcio. Escritura pública .....                                     | 308 |
| 91.2.1. Requisitos da escritura pública .....                               | 309 |
| 91.2.2. Divórcio consensual (CPC/1973 1120 e CPC 731).....                  | 310 |
| 91.2.3. O procedimento das ações de família e o Ministério Público.....     | 311 |
| 91.2.4. Divisão do patrimônio comum.....                                    | 312 |
| 91.2.5 Restabelecimento da sociedade – Separados ainda não divorciados..... | 313 |
| 91.2.6 Divórcio direto .....  | 314 |

|  |            |
|--|------------|
| 92. Separação de corpos.....   | 315        |
| 92.1. Separação de fato e separação de corpos.....   | 315        |
| 93. Quanto à pessoa dos cônjuges ou conviventes.....   | 316        |
| 93.1. Partilha e condomínio.....   | 317        |
| 93.2. Penas aplicáveis ao cônjuge que deu causa ao pedido de separação<br>ou divórcio.....       | 318        |
| 94. Guarda .....   | 319        |
| 95. Sustento.....  | 322        |
| 96. Visitas .....  | 323        |
| 96.1. Membros da família.....  | 323        |
| 96.2. Parentesco: abrangência do tema .....  | 324        |
| <b>Capítulo XIV – Separação de Fato.....</b>   | <b>327</b> |
| 97. Vida familiar.....   | 327        |
| 97.1. Ocorrências múltiplas de fatos de interesse da família .....                               | 327        |
| 97.2. Secção de patrimônios.....   | 328        |
| 97.3. Usucapião urbana por abandono do lar .....   | 329        |
| <b>Capítulo XV – Direito de Família e Direitos de Obrigação.....</b>                             | <b>331</b> |
| 98. Família como comunidade com interesse patrimonial .....                                      | 331        |
| 98.1. Regime patrimonial da família.....   | 331        |
| 98.2. Direitos de herdeiros até a partilha.....  | 332        |
| 98.3. Restrições negociais à capacidade de casados.....  | 333        |
| 98.4. Mecanismos de segurança .....  | 333        |
| 99. Bem de família.....  | 334        |
| 100. Responsabilidade civil dos profissionais de escolas e de entidades<br>de abrigo social..... | 337        |
| 100.1. Entidades de abrigo.....  | 337        |
| 100.2. Violência contra internados .....   | 338        |
| 100.3. Atuação do Ministério Público.....  | 338        |
| 100.4. Proteção social dos idosos e das pessoas com deficiência física e mental ..               | 339        |
| 101. Responsabilidade civil entre cônjuges .....   | 340        |
| 101.1. A culpa nas relações de família.....  | 340        |
| 101.2. Divórcio sem causa declarada .....  | 342        |
| 101.3. Reparação por danos morais .....  | 343        |
| 101.4. Casamento anulado e reparação civil .....   | 343        |
| 101.5. Discussão sobre a causa do divórcio .....   | 344        |

|   |            |
|---|------------|
| 102. A responsabilidade civil assumida por parcerias não conjugais e a morte de um de seus membros.....                     | 345        |
| 102.1. Pacto civil de solidariedade e responsabilidade.....   | 345        |
| 102.2. Descumprimento de regras.....  | 346        |
| 102.3. Arbítrio maior do julgador.....  | 346        |
| 103. Empresa individual de responsabilidade limitada e o cônjuge sócio de sociedade de pessoas.....                         | 347        |
| 103.1. Empresário casado e responsabilidade civil.....  | 347        |
| 104. Sociedade empresária entre cônjuges.....   | 351        |
| 104.1. Separação entre o patrimônio familiar e o da sociedade empresária ...  | 353        |
| 104.1.1. Desconsideração da personalidade jurídica da empresa, novo sistema de direito processual e direito de família..... | 354        |
| <b>Capítulo XVI – Filiação.....</b>   | <b>357</b> |
| 105. Procriação.....  | 357        |
| 105.1. Procriação e responsabilidade civil.....   | 357        |
| 106. Curiosidades da ação de investigação de paternidade.....   | 358        |
| 106.1. Filiação biológica e afetiva.....  | 359        |
| 106.2. Falta de segurança do sistema.....   | 362        |
| 106.3. Situação jurídica do filho.....  | 364        |
| 107. Ação negatória de paternidade.....   | 366        |
| 107.1. Ação negatória de paternidade no sistema antigo e novo.....  | 366        |
| 107.2. Inseminação heteróloga. Peculiaridades.....  | 369        |
| 107.3. Período da concepção de filho.....   | 370        |
| 108. Ação negatória de relação avoenga.....   | 371        |
| 109. Parentesco em linha reta. Paternidade natural e afetiva. Efeitos jurídicos da declaração de paternidade.....           | 373        |
| 110. Ação de impugnação de reconhecimento de filho.....   | 375        |
| 110.1. Pretensão perpétua.....  | 376        |
| 110.2. A origem da filiação. Verdade que interessa ao sujeito.....  | 377        |
| 111. Vínculo de filiação decorrente da procriação artificial.....   | 377        |
| 111.1. Novas técnicas.....  | 377        |
| 111.2. Cláusulas gerais e a filiação.....   | 382        |

**Capítulo XVII – Institutos de Proteção – Relações de Cuidado... 385**

|  |     |
|--|-----|
| 112. Família e suporte para a sobrevivência .....                                | 385 |
| 112.1. Capacidade dos membros da família .....                                   | 386 |
| 113. Poder familiar .....  | 387 |
| 113.1. Expectativa dos cônjuges quanto à segurança dos filhos .....              | 387 |
| 113.2. Guarda compartilhada .....  | 388 |
| 113.3. Cuidado com os filhos, após a morte dos pais .....                        | 389 |
| 114. Titularidade do exercício do poder familiar .....                           | 390 |
| 114.1. Poder familiar .....  | 390 |
| 115. Exercício do poder familiar .....   | 391 |
| 115.1. Igualdade dos filhos .....  | 391 |
| 115.2. Dever de obediência .....   | 393 |
| 116. Responsabilidade civil dos pais e responsáveis por atos de seus pupilos.... | 393 |
| 117. Administração e usufruto dos bens de filhos menores .....                   | 394 |
| 118. Fim do poder familiar .....   | 395 |
| 119. Representação e assistência .....   | 397 |
| 119.1. Representação de filhos .....   | 398 |
| 119.2. Assistência .....   | 399 |
| 120. Tutela .....  | 400 |
| 120.1. Microsistema jurídico de direito tutelar .....                            | 400 |
| 120.2. Tutor e protutor .....  | 402 |
| 120.3. Proteção integral do menor .....  | 402 |
| 120.4. Nomeação de tutor .....   | 403 |
| 120.5. Mais de um tutor indicado pelos pais .....                                | 404 |
| 120.6. Nomeação por documento autêntico .....                                    | 405 |
| 120.7. Curador especial de herança .....   | 405 |
| 120.8. Ordem para nomeação de ascendente tutor .....                             | 405 |
| 120.9. Permanência do menor no mesmo núcleo onde se deu a orfandade....          | 406 |
| 120.10. Tutela no ECA .....  | 407 |
| 120.11. Fiscalização do tutor .....  | 409 |
| 120.12. Nomeação de tutor, praticada pelo juiz .....                             | 410 |
| 120.13. Escusa da tutela .....   | 410 |
| 120.13.1. Mulheres casadas .....   | 411 |
| 120.13.2. Pessoas com mais de 60 anos .....                                      | 411 |
| 120.13.3. Pessoa com muitos encargos familiares .....                            | 411 |
| 120.13.4. Pessoa doente .....  | 411 |
| 120.13.5. Pessoa que já exerce tutela .....                                      | 412 |
| 120.13.6. Militar .....  | 412 |

|  |     |
|--|-----|
| 120.14. Função do tutor .....  | 412 |
| 120.15. Subsistência do menor.....   | 413 |
| 120.15.1. Recursos pertencentes ao tutelado.....   | 414 |
| 120.15.2. Fim da tutela.....   | 414 |
| 120.16. Dever do tutor de prestar contas.....  | 415 |
| 120.17. Alcance do tutor e saldo contra o tutelado.....  | 416 |
| 120.18. Administração dos bens do menor.....   | 416 |
| 120.19. Tutor idôneo.....  | 417 |
| 120.20. Autoridade tutelar.....  | 418 |
| 120.21. Tutor provisório.....  | 418 |
| 120.22. Responsabilidade do juiz.....  | 419 |
| 120.23. Inventário de bem do menor.....  | 419 |
| 120.24. Garantia aos bens do tutelado.....   | 420 |
| 120.25. Mudança do sistema.....  | 420 |
| 120.26. Relativa autonomia do tutor.....   | 421 |
| 120.27. Atos vedados ao tutor.....   | 422 |
| 120.28. Venda de bens idôneos do tutelado.....   | 423 |
| 120.28.1. Avaliação judicial.....  | 424 |
| 120.29. Responsabilidade penal e civil do tutor.....   | 424 |
| 120.30. Remuneração do protutor.....   | 425 |
| 120.31. Término da tutela.....   | 425 |
| 120.32. Emancipação do pupilo.....   | 426 |
| 120.33. Tutela e adoção.....   | 426 |
| 120.34. Tutela e capacidade relativa.....  | 427 |
| 120.35. Escusa legítima da tutela.....   | 427 |
| 120.36. Destituição e remoção.....   | 428 |
| 121. Curatela e o Estatuto da Pessoa com Deficiência<br>(L 13146, de 6.7.2015 – EPD).....  | 430 |
| 121.1. O processo de interdição e as alterações do CC operadas pelo CPC<br>(L 13105/2015) e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência<br>(L 13146, de 6.7.2015 – EPD)..... | 436 |
| 122. Ausência.....   | 444 |
| 122.1. Desaparecimento de alguém de seu domicílio.....   | 444 |
| 122.2. Uso equivocado do termo “ausente”. Hipóteses variadas no sistema... ..  | 445 |
| 122.3. O sentido de “desaparecimento” de pessoa.....   | 446 |
| 122.4. Morte presumida: muitas situações.....  | 447 |
| 122.5. Nomeação de curador é ato do juiz.....  | 448 |
| 122.6. Curador que representa os filhos do curatelado, ou não.....   | 448 |
| 122.7. Cessação do munus do curador.....   | 448 |
| 122.8. Ação declaratória de ausência e registro.....   | 449 |
| 122.9. Posse dos bens do ausente.....  | 451 |

|  |            |
|--|------------|
| <b>Capítulo XVIII – Parentesco</b> .....   | <b>453</b> |
| 123. Conceito e efeitos .....  | 453        |
| 123.1. Conceituação de parentesco e efeitos gerados.....   | 453        |
| 123.1.1. Parentesco por outra origem.....  | 454        |
| 124. Igualdade de filhos.....  | 456        |
| 125. Efeitos processuais do parentesco .....   | 457        |
| 126. Parentesco natural e civil.....   | 458        |
| 126.1. Parentesco por afinidade .....  | 462        |
| <br>   |            |
| <b>Capítulo XIX – Créditos e Obrigações Alimentares</b> .....  | <b>465</b> |
| 127. Aspectos da obrigação de alimentar e superendividamento .....   | 465        |
| 128. Caracteres do direito a alimentos.....  | 467        |
| 129. Alimentos gravídicos .....  | 470        |
| 130. Natureza jurídica do vínculo obrigacional de prestar alimentos .....  | 471        |
| 131. Devedor e credor de alimentos.....  | 473        |
| 132. Cessação da obrigação de alimentar.....   | 475        |
| 133. Ação de alimentos .....   | 477        |
| 133.1. Alimentos definitivos e provisórios .....   | 478        |
| 133.2. Alimentos provisionais.....   | 479        |
| 133.3. Execução de alimentos e separa o ou divórcio .....  | 480        |
| 134. A a o de alimentos. O novo CPC e a a o de alimentos: insegurança<br>pela amplia o assistemática do conceito jurídico de <i>f milia</i> e de <i>parentesco</i><br>por decorrência de modernas tecnologias de reprodu o assistida ..... | 481        |
| <br>   |            |
| <b>Capítulo XX – Regime Patrimonial de F milia</b> .....   | <b>493</b> |
| 135. Condomínio, comunhão, sociedade civil particular .....  | 493        |
| 136. Altera o do patrim nio pessoal em virtude do casamento,<br>da união estável ou do concubinato .....   | 496        |
| 137. Rela oes patrimoniais dos cônjuges ou companheiros entre si<br>e com terceiros .....  | 498        |
| 138. Mutabilidade do regime de bens do casamento.....  | 500        |
| 138.1. Condutas reiteradas que desmentem as regras do regime de bens .....   | 503        |
| 139. Regime de comunhão de bens .....  | 505        |
| 140. Regime de separa o obrigatória de bens.....   | 509        |
| 141. Regime de comunhão parcial de bens.....   | 512        |
| 142. Regime de separa o absoluta de bens .....   | 515        |
| 143. Regime de Participa o final nos aquestos .....  | 519        |



|   |            |
|---|------------|
| <b>Capítulo XXI – Gestão do Patrimônio Comum</b> .....  | <b>523</b> |
| 144. Administração de bens .....  | 523        |
| 144.1. Especificação do patrimônio .....  | 524        |
| 144.2. Administração de bens a cargo de apenas um dos cônjuges .....                                    | 525        |
| 145. Disposição de bens .....   | 527        |
| 146. Responsabilidade pelas dívidas .....   | 528        |
| 147. Condomínio entre cônjuges e sociedade empresarial oculta .....                                     | 531        |
| 148. Extinção do regime de bens pela dissolução da sociedade conjugal –<br>medidas acautelatórias ..... | 532        |
| 149. Cônjuge incapaz ou ausente e exercício de curatela pelo outro .....                                | 534        |
| 150. Bens sob o regime da incomunicabilidade .....  | 535        |
| 150.1. Bens reservados .....  | 539        |
| 151. Bens de uso profissional .....   | 541        |
| 151.1. Segurança da economia da família .....   | 544        |
| 152. Bens adquiridos por herança, legado ou doação .....  | 545        |
| 153. Seguros, pensões, rendas .....   | 547        |
| <br>  |            |
| Anexo PL 6583 – Projeto de Lei 6583/2013 –<br>Texto Substitutivo aprovado em 23.9.2015 .....            | 549        |
| Bibliografia .....  | 553        |
| Índice Alfabético-Remissivo .....   | 593        |
| Índice Legislativo .....  | 635        |
| Índice Onomástico .....   | 641        |